



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ – EDITAL 001/2014

CURSO: DIREITO

DATA: 28/09/2014

HORÁRIO: 08 às 13 horas

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES**

- ✘ Verifique se este CADERNO contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta e uma **questão discursiva**. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✘ As questões objetivas estão assim distribuídas:
 - DIREITO CONSTITUCIONAL: 01 a 05*
 - DIREITO CIVIL: 06 A 10*
 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 11 a 15*
 - DIREITO ADMINISTRATIVO: 16 a 20*
 - DIREITO PENAL: 21 a 25*
 - DIREITO PROCESSUAL PENAL: 26 a 30*
 - DIREITO TRIBUTÁRIO: 31 a 35*
 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 36 a 40*
- ✘ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✘ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta ou azul escrita grossa**.
- ✘ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. NÃO se constitui fundamento da República Federativa do Brasil:
- (A) soberania
 - (B) cidadania
 - (C) pluralismo político
 - (D) defesa da paz
 - (E) repúdio ao terrorismo
02. “A Constituição de 1988 foi o marco-zero de um recomeço, da perspectiva de uma nova história. Sem as velhas utopias, sem certezas ambiciosas, com o caminho a ser feito no andar. Mas com uma carga de esperança e um lastro de legitimidade sem precedentes, desde que tudo começou” (Luís Roberto Barroso e Ana Paula de Barcellos). Com apoio nesse trecho doutrinário, aponte a opção CORRETA.
- (A) A atual interpretação constitucional atribui aos princípios força normativa, de modo a produzir efeitos jurídicos válidos, superando-se uma dimensão puramente axiológica anteriormente existente.
 - (B) De acordo com a interpretação promovida pelo Supremo Tribunal Federal, reconheceu-se o Pacto de São José da Costa Rica como documento dotado de força normativa de caráter supraconstitucional.
 - (C) As regras, ao contrário dos princípios, são relatos objetivos e materializando-se sua hipótese, deve incidir sua aplicação em uma modalidade de ponderação.
 - (D) Prepondera o entendimento de que os princípios podem ser aplicados tanto pelo mecanismo da subsunção como pelo da ponderação.
 - (E) Prevalece o entendimento de que as regras podem ser aplicadas tanto pelo mecanismo da subsunção como pela ponderação.
03. São direitos sociais, EXCETO:
- (A) Educação.
 - (B) Saúde.
 - (C) Trabalho.
 - (D) Segurança.
 - (E) Direito ao voto.
04. São bens da União, EXCETO:
- (A) O mar territorial.
 - (B) Os terrenos de marinha.
 - (C) As ilhas oceânicas e as costeiras, inclusive as que contenham a sede de Municípios.
 - (D) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
 - (E) Os sítios arqueológicos e pré-históricos.
05. De acordo com as disposições constitucionais relativas à proteção aos indígenas, pode-se afirmar que:
- (A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios constituem-se bens dos respectivos Estados.
 - (B) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas independem de autorização do Congresso Nacional.
 - (C) É vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, ainda que com autorização do Congresso Nacional, mesmo em caso de catástrofes ou epidemias que ponham em risco sua população, uma vez que tais eventos podem ocorrer com outros grupos étnicos.
 - (D) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
 - (E) As demandas judiciais que envolvam direitos dos índios não necessitam da intervenção do Ministério Público.

DIREITO CIVIL

06. De acordo com as disposições contidas no Código Civil acerca dos contratos, assinale a opção CORRETA.
- (A) Os contratantes são obrigados a guardar, apenas na conclusão do contrato, os princípios de probidade e boa-fé.
 - (B) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - (C) Somente se afigura lícito às partes estipularem contratos previstos no Código Civil, sob pena de nulidade.
 - (D) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato.
 - (E) A proposta feita sem prazo à pessoa ausente, ainda se revela obrigatória ainda se tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
07. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- (A) Os menores de dezoito anos.
 - (B) Os que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
 - (C) Os que possuam deficiência mental.
 - (D) Os pródigos.
 - (E) Os ébrios habituais.
08. Acerca do instituto da usucapião, é CORRETO:
- (A) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural
 - (B) Os bens públicos são passíveis de serem objetos de usucapião.
 - (C) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) Aquele que, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - (E) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, ainda que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
09. NÃO se constitui direito real:
- (A) a propriedade.
 - (B) o usufruto.
 - (C) o direito do promitente comprador do imóvel.
 - (D) o direito ao aluguel.
 - (E) a anticrese.
10. Com relação ao domicílio, é CORRETO afirmar que:
- (A) No caso da pessoa natural, é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
 - (B) Se a pessoa natural não tiver residência habitual, o domicílio será o lugar de sua última residência.
 - (C) O domicílio do incapaz é o lugar onde se encontra.
 - (D) O domicílio do marítimo é o lugar onde o navio estiver atracado.
 - (E) O servidor público não possui domicílio necessário. Desse modo, demandas propostas por servidores públicos podem ser aforadas na localidade de seu interesse.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Assinale a opção que representa o entendimento preponderante do Superior Tribunal de Justiça acerca do mandado de segurança:
- (A) É possível a impetração de mandado de segurança como meio para cobrança de valores, desde que o montante devido seja incontroverso.
 - (B) Pode figurar como autoridade coatora não apenas aquele que produz o ato questionado como aquele que o executa, considerando-se que ambos possuem a possibilidade de sustar a sua aplicação.
 - (C) A competência territorial para julgamento do mandado de segurança vincula-se à sede funcional da autoridade apontada como coatora.
 - (D) Dirigentes de entidades privadas, ainda que não exerçam atividades federais delegadas, podem figurar como autoridades coatoras em sede de mandado de segurança junto à Justiça Federal.
 - (E) É possível, em caráter excepcional, a condenação em honorários de advogado em mandado de segurança, na hipótese de concessão do *mandamus*.
12. Com relação aos Juizados Especiais Federais:
- (A) A anulação de ato administrativo federal inclui-se no âmbito de competência dos Juizados Especiais Federais, independentemente de o ato se referir à matéria previdenciária.
 - (B) A União possui prazo diferenciado para interposição de recurso no âmbito dos JEF.
 - (C) Poderá haver reexame necessário das sentenças definitivas de mérito, a depender do valor da condenação.
 - (D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal, a competência é absoluta.
 - (E) O Juiz somente poderá deferir medidas cautelares a requerimento das partes, jamais de ofício.
13. O conflito de competência entre Vara do Juizado Especial Federal e Vara Cível de uma Seção Judiciária Federal é julgado pelo(a):
- (A) Tribunal Regional Federal.
 - (B) Juizado Especial Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Vara Cível Federal da seção judiciária mais próxima.
14. Suponha que um Juiz Estadual entenda ser incompetente para o julgamento de determinada demanda e determine o envio dos autos a uma Seção Judiciária Federal. Ouvido, o Ministério Público Federal opinou pelo prosseguimento da demanda na Justiça Federal. Nessa hipótese, se o Juiz Federal igualmente entender-se por incompetente para o julgamento, deverá ele:
- (A) Determinar o arquivamento do feito.
 - (B) Suscitar conflito de competência perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Suscitar conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Suscitar conflito de competência perante o Tribunal Regional Federal respectivo.
 - (E) Prosseguir com a demanda, pois não poderá suscitar, de ofício, o conflito de competência.
15. Sobre o pedido de tutela antecipada, é CORRETO afirmar que:
- (A) Não é possível o deferimento de tutela antecipada contra o Estado.
 - (B) O Juiz pode deferir medida antecipatória de ofício.
 - (C) Por expressa disposição legal, se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
 - (D) Uma vez deferida, a tutela antecipada não poderá ser revogada ou modificada pelo Juízo prolator da decisão. A alteração somente poderá decorrer de decisão proferida por instância superior, diante do manejo de agravo de instrumento.

- (E) Na decisão que antecipar a tutela, deve-se remeter cópia da decisão ao Tribunal correspondente para ratificação, mormente quando se tratar de decisão proferida contra o Estado, aplicando-se, por analogia, o mecanismo do reexame necessário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. No que diz respeito à improbidade administrativa, assinale a opção CORRETA.
- (A) De acordo com o posicionamento jurisprudencial oriundo do Superior Tribunal de Justiça, o particular poderá figurar como sujeito ativo de ato de improbidade, ainda que isoladamente, ou seja, sem a presença de outros responsabilizados.
 - (B) A pessoa jurídica não poderá figurar como sujeito ativo de ato de improbidade administrativa.
 - (C) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa devem ser aplicadas, necessariamente, de forma cumulativa.
 - (D) O prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de improbidade segue o regramento previsto no Código Civil.
 - (E) No caso de Prefeito reeleito, o Superior Tribunal de Justiça entende que o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o ajuizamento da ação de improbidade, tem sua contagem iniciada no final do último mandato, ainda que o ato ímprobo tenha ocorrido no primeiro mandato.
17. Sobre a responsabilidade civil do Estado, selecione a opção CORRETA, à luz do entendimento oriundo do Superior Tribunal de Justiça:
- (A) Em demandas que versem sobre a omissão de agentes estatais, a responsabilização do Estado é subjetiva, exigindo-se, apenas, a comprovação da atuação estatal e o dano.
 - (B) Em sede de responsabilidade civil objetiva do Estado, a condenação em danos morais, por presunção, é possível, desde que os fatos que a ensejaram forneçam elementos suficientes a essa presunção, com a demonstração objetiva de que os efeitos do ilícito praticado tem repercussão na esfera psíquica do lesado.
 - (C) No caso de responsabilização extracontratual, os juros moratórios fluem a partir da citação válida, de acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Não é possível, em sede de recurso especial, a revisão do montante indenizatório fixado em sentença de primeiro grau, ante a impossibilidade de reexame de fatos e provas, ainda que o valor fixado se mostre exorbitante.
 - (E) Considerando-se que o Código Civil de 2003 alterou os prazos de prescrição, essas alterações passaram a ser aplicados nas hipóteses de responsabilidade civil do Estado, afastando a aplicação do Decreto 20.910/32, que previa o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.
18. Com relação ao tema relativo aos atos administrativos, assinale a opção CORRETA.
- (A) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, mesmo em caso de má-fé.
 - (B) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
 - (C) A presunção de legitimidade constitui-se em elemento do ato administrativo.
 - (D) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, apenas quando neguem direitos, porém a motivação pode ser dispensada quando decorram de reexame de ofício.
 - (E) Ainda que se trate de vários assuntos da mesma natureza, não é possível a utilização de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
19. A desapropriação se revela modalidade de intervenção do Estado na propriedade tratada pela Constituição da República de 1988. Em relação a esse tema, marque a opção CORRETA.

- (A) A desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária é de competência privativa da União, dispensando-se a edição de decreto declarando o imóvel como objeto desse interesse.
 - (B) No caso de desapropriação para reforma agrária, apenas as benfeitorias úteis serão indenizadas em dinheiro.
 - (C) A propriedade produtiva poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária.
 - (D) Na hipótese de desapropriação para fins de reforma agrária, é necessário que a petição inicial seja acompanhada de depósito da quantia relativa às benfeitorias úteis e necessárias.
 - (E) Cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária.
20. “A emergência da noção de juridicidade administrativa, com a vinculação direta da Administração à Constituição, não mais permite falar, tecnicamente, numa autêntica dicotomia entre atos vinculados e atos discricionários, mas em diferentes graus de vinculação dos atos administrativos à juridicidade” (Gustavo Binbenojn). Tendo como base essa passagem doutrinária, assinale a opção CORRETA.
- (A) De acordo com o princípio da juridicidade, o agente público deve obediência não apenas à lei, mas também aos princípios de direito, havendo, nesse caminhar, uma transmutação do princípio da legalidade estrita.
 - (B) No âmbito doutrinário, é uníssono o entendimento acerca da permanência do princípio da legalidade, relegando os princípios jurídicos a plano secundário no âmbito da interpretação administrativa.
 - (C) O legislador constituinte, seja originário ou reformador, não previu o princípio da eficiência no texto constitucional.
 - (D) O princípio da juridicidade confunde-se com a obrigação de o administrador cumprir com as decisões judiciais, considerando-se ser inerente à função pública o atendimento a determinações provenientes de outros poderes estatais.
 - (E) O princípio da juridicidade conduz à conclusão de que o Poder Judiciário não pode anular atos administrativos, sejam vinculados ou discricionários.

DIREITO PENAL

21. Marque a resposta CORRETA.
- (A) O Código Penal autoriza o juiz a reconhecer, na sentença, a prescrição da pretensão punitiva com base na pena aplicada em concreto, independentemente do trânsito em julgado para a acusação.
 - (B) Para se atingir o montante da pena-base, é preciso examinar as circunstâncias legais, as agravantes e atenuantes e as causas de aumento e diminuição da pena.
 - (C) De acordo com enunciado sumular oriundo do Superior Tribunal de Justiça, não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime na sentença.
 - (D) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
 - (E) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam aos agentes do delito, ainda que elementares do crime.
22. Acerca da reincidência, assinale a opção CORRETA.
- (A) A reincidência interrompe a prescrição.
 - (B) Os crimes militares próprios são considerados na reincidência.
 - (C) De acordo com o entendimento atual oriundo do Superior Tribunal de Justiça, a reincidência prepondera sobre a confissão, para fins de cálculo da pena.
 - (D) A reincidência poderá ser considerada como tal ainda que qualifique o crime.
 - (E) A sentença proferida no exterior, ainda que transitada em julgado, não influencia na reincidência.
23. NÃO se inclui como causa de exclusão da ilicitude:
- (A) o estado de necessidade.
 - (B) a legítima defesa.

- (C) o estrito cumprimento do dever legal.
- (D) a emoção.
- (E) o exercício regular de direito.

24. Acerca da prescrição, é CORRETO afirmar:

- (A) No caso de concurso de crimes, a prescrição deverá ser aferida de forma conjunta, ou seja, considerando-se o somatório das penas estabelecidas.
- (B) De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, mostra-se possível o reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.
- (C) É possível o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva na própria sentença, com base na pena efetivamente ali aplicada, por expressa disposição legal.
- (D) A prescrição é influenciada pela reincidência.
- (E) É reduzida pela metade a prescrição de acusado que possui 70 (setenta) anos ao tempo do oferecimento da denúncia.

25. Quanto à classificação dos crimes, assinale a opção CORRETA.

- (A) Crime plurissubsistente é aquele praticado por vários agentes.
- (B) Não existe previsão no Código Penal de crimes de perigo abstrato.
- (C) O crime de falso testemunho é exemplo de crime de mão própria.
- (D) De acordo com atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o crime de estelionato majorado contra o INSS é exemplo de crime permanente em relação ao servidor público que introduziu informações falsas no respectivo sistema em benefício de terceiro.
- (E) Em relação ao crime de ação múltipla, se o agente pratica várias modalidades previstas no tipo, dentro de um mesmo contexto fático, tem-se hipótese de concurso material de crimes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Relativamente ao tema dos prazos processuais, marque a opção CORRETA.

- (A) Da mesma forma que ocorre no processo civil, o prazo de resposta do acusado inicia-se da juntada aos autos do correspondente mandado de citação cumprido.
- (B) De acordo com o CPP, o prazo para apresentação de razões de apelação é de 8 (oito) dias e, caso sejam vários os apelados, esse prazo será comum.
- (C) Conforme entendimento oriundo do Superior Tribunal de Justiça, o prazo de conclusão do inquérito policial deverá ser aferido por meio de simples operação aritmética, não se admitindo prorrogação, ainda que o acusado esteja preso.
- (D) A questão de duração do prazo de conclusão do inquérito policial não fica superada com o oferecimento de denúncia, de acordo com entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) No âmbito da Justiça Federal, o prazo de conclusão do inquérito policial, no caso de investigado que se encontre preso, é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, ainda que envolva tráfico internacional de drogas.

27. Com relação às provas no processo penal, pode-se afirmar que:

- (A) Se uma prova é ilícita, todas as provas daí derivadas são igualmente nulas, não havendo exceção a essa conclusão.
- (B) Se uma prova é ilícita, ela é imprestável para o processo, porém, se outra fonte independente igualmente a produziu, tem-se entendido pela possibilidade de utilização dessa prova.
- (C) A prova ilícita não deve ser desentranhada do processo, de acordo com expressa disposição contida no CPP.
- (D) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo, no entanto, a confissão do acusado.
- (E) O Juiz vincular-se-á ao resultado do laudo do exame de corpo de delito.

28. Relativamente às audiências no processo penal, pode-se concluir que:
- (A) Não há autorização legal para a utilização do sistema de videoconferência para o interrogatório do acusado.
 - (B) O depoimento da testemunha será oral, podendo essa testemunha, no entanto, consultar apontamentos durante a audiência.
 - (C) O Juiz não poderá ouvir outras testemunhas além daquelas indicadas pelas partes.
 - (D) Uma pessoa com deficiência visual integral não poderá ser testemunha.
 - (E) O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, ainda quando inseparáveis da narrativa do fato.
29. Acerca da prisão cautelar, é CORRETO afirmar:
- (A) O Supremo Tribunal Federal entende que o advogado, por ser detentor de curso de nível superior, possui a prerrogativa de ser recolhido em sala de estado maior e, inexistindo esse tipo de ambiente, deve ser ele recolhido à prisão domiciliar.
 - (B) Determinado o cumprimento de medida cautelar diversa da prisão, não será possível a decretação de prisão preventiva, ainda que haja descumprimento da medida cautelar estabelecida.
 - (C) A dúvida acerca da identidade civil da pessoa não autoriza a prisão preventiva.
 - (D) A prova da existência do crime não é elemento essencial para se aferir a necessidade de decretação da prisão preventiva.
 - (E) A prisão preventiva poderá ser decretada ainda que o acusado tenha praticado o fato em estado de necessidade.
30. Suponha a existência de ação penal sob o rito ordinário onde o acusado indicou como testemunhas três pessoas que são domiciliadas em outro Estado da Federação. No curso da instrução processual, foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal. Nessa hipótese,
- (A) a oitiva das testemunhas de defesa somente poderá ocorrer após a oitiva das testemunhas de acusação.
 - (B) expedida a carta precatória para a oitiva das testemunhas indicadas pela defesa, poderá ocorrer o interrogatório do acusado, independentemente da resposta do Juízo deprecado.
 - (C) o interrogatório, nesse caso, poderá ser dispensado pelo Juiz.
 - (D) a carta precatória expedida com o objetivo de ouvir as testemunhas arroladas pela defesa deverá ser cumprida pelo Juízo deprecado no prazo de 15 (quinze) dias, por expressa disposição legal.
 - (E) somente poderão ser ouvidas 2 (duas) testemunhas, diante de limitação numérica prevista no Código de Processo Penal para o rito da ação cogitada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Marque a opção CORRETA acerca da compensação de créditos tributários.
- (A) Não é possível a concessão de medida antecipatória para fins de compensação de créditos, de acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) A compensação é medida que representa a exclusão do crédito tributário.
 - (C) É permitida a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
 - (D) A lei não pode autorizar a compensação de créditos vincendos.
 - (E) A lei pode autorizar a compensação de créditos ilíquidos.
32. Acerca do instituto da anistia, marque a opção CORRETA.
- (A) A anistia pode abranger infrações que sejam qualificadas como contravenções.
 - (B) A anistia não pode abranger infrações que sejam qualificadas como crimes.
 - (C) A anistia é modalidade de extinção do crédito tributário.

- (D) A anistia pode ser concedida relativamente a infrações futuras, desde que fixado na lei o correspondente período.
- (E) A anistia somente pode abranger infrações punidas com penalidades pecuniárias.
33. No que se refere ao imposto de renda, assinale a opção CORRETA, tendo como referência as disposições contidas no Código Tributário Nacional e na Constituição da República de 1988:
- (A) A base de cálculo do imposto é o montante real ou arbitrado da renda ou proventos, não se admitindo adotar montante que seja presumido.
- (B) Somente o titular da disponibilidade da verba que é à base de cálculo do tributo pode ser considerado contribuinte.
- (C) A lei pode atribuir à fonte pagadora a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.
- (D) A incidência do imposto depende, necessariamente, da denominação da receita ou do rendimento, porém independe da origem.
- (E) O imposto de renda será informado somente pelos critérios da universalidade e progressividade, na forma da lei.
34. No que concerne às limitações do poder de tributar, marque a opção CORRETA, considerando-se as disposições constitucionais relativas ao tema.
- (A) É possível, desde que atendidas as condições fixadas na lei, a utilização de tributo com efeito de confisco.
- (B) Não é permitida a cobrança de tributos relativos a fonogramas contendo obras musicais ou literomusicais.
- (C) A vedação de cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu não se aplica ao imposto sobre importações.
- (D) O imposto sobre a propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas e médias glebas rurais.
- (E) O IPI incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
35. Acerca da utilização de lei complementar e da lei ordinária no campo tributário, assinale a opção CORRETA, considerando-se o texto da Constituição da República de 1988:
- (A) É possível definir tributos, obrigação, lançamento e crédito tributário, porém a prescrição e a decadência tributárias podem ser veiculadas por lei ordinária.
- (B) Somente por meio de lei complementar é possível dispor sobre conflito de competência em matéria tributária entre a União e os Estados.
- (C) A lei complementar poderá definir os fatos geradores de tributos previstos na Constituição, porém a definição das bases de cálculo e contribuintes poderá ser veiculada por lei ordinária.
- (D) Cada Estado poderá instituir, mediante lei ordinária, regime único de arrecadação de tributos estaduais correspondentes.
- (E) As limitações constitucionais ao poder de tributar podem ser veiculadas por lei ordinária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

36. De acordo com as disposições constitucionais relativas à seguridade social, é CORRETO afirmar:
- (A) A universalidade da cobertura e do atendimento não constitui objetivo da seguridade social.
- (B) A receita dos concursos de prognósticos constitui-se em recurso da seguridade social.
- (C) O legislador ordinário poderá instituir, por meio de impostos, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- (D) É possível a criação ou majoração de benefício ou serviço da seguridade social independentemente da correspondente fonte de custeio total.
- (E) É possível que um benefício que substitua o salário de contribuição, possua valor mensal inferior a um salário mínimo.

37. Sobre os beneficiários do regime geral de previdência social, marque a opção CORRETA, conforme as disposições contidas na Lei 8.213/91.
- (A) A pensão por morte pode ser estendida ao beneficiário que possua mais de 21 (vinte e um) anos, desde que esteja frequentando curso de nível superior.
 - (B) A dependência econômica do cônjuge e do(a) companheiro(a) é presumida, ao passo que a dos pais deve ser comprovada.
 - (C) A existência de dependente de uma das classes de beneficiários não exclui o direito às prestações daqueles inseridos em classe diversa, dividindo-se o benefício proporcionalmente.
 - (D) A deficiência mental que autoriza o reconhecimento de dependência deve ter ocorrido antes da idade de 21 (vinte e um) anos.
 - (E) O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, bastando, para tanto, a declaração elaborada pelo segurado.
38. Com relação ao período de carência para a obtenção de benefícios previdenciários, de acordo com o Regime Geral de Previdência Social:
- (A) A pensão por morte independe de carência.
 - (B) A carência para a obtenção de auxílio-reclusão é de 10 (dez) meses.
 - (C) A carência para a obtenção de pensão por morte é de 10 (dez) meses.
 - (D) A carência para a obtenção de salário-maternidade é de 6 (seis) meses.
 - (E) A carência para a obtenção de aposentadoria por idade é de 12 (doze) meses.
39. Sobre o valor das prestações do Regime Geral de Previdência Social, é CORRETO afirmar que:
- (A) É facultativa a aplicação do fator previdenciário para o cálculo do valor do salário-de-benefício relativamente à aposentadoria por idade.
 - (B) Há identidade de significados entre salário-de-benefício e salário-de-contribuição.
 - (C) A renda mensal inicial de todos os benefícios corresponde a 100% (cem por cento) do último salário-de-contribuição.
 - (D) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
 - (E) A duração do salário-maternidade é de 9 (nove) meses.
40. No que concerne aos benefícios de prestação continuada (LOAS), regidos pela Lei 8.742/93, afirma-se que:
- (A) O valor da prestação corresponde a 1 (um) salário mínimo.
 - (B) A prestação é devida àqueles que não possuam meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, desde que tenha idade superior a 60 (sessenta) anos de idade no momento do requerimento administrativo.
 - (C) É possível cumular uma aposentadoria por idade com o benefício de prestação continuada regida pela Lei 8.742/93.
 - (D) A obtenção do benefício de prestação continuada depende de recolhimento prévio de contribuição pelo interessado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
 - (E) A benesse em questão deve ser revisto pelo INSS a cada 4 (quatro) anos.

QUESTÃO DISCURSIVA

Redija texto, em no mínimo 25 e no máximo 50 linhas, sobre o controle de constitucionalidade dos atos normativos, abordando, necessariamente os seguintes aspectos: a) O objeto da demanda; b) a legitimação para o ajuizamento da demanda; c) a competência para julgamento e, d) os efeitos da decisão.

O texto a ser considerado para correção será o desenvolvido na folha específica para esse fim.

RASCUNHO

RASCUNHO